

MULHERES NEGRAS E QUILOMBOLAS DE UMARIZAL:

HISTÓRIAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Rita de Cássia Barroso da Igreja¹

Francilene de Aguiar Parente²

Resumo: Objetiva-se compreender o papel da mulher negra e quilombola no processo histórico social, na busca por igualdade de direitos na educação escolar e na sua atuação profissional, analisando as histórias das mulheres negras e quilombolas pertencentes à comunidade de Umarizal, no Pará. A metodologia adotada possui uma abordagem qualitativa com perspectiva etnográfica, cujo referencial são os autores Pinto (2004), Davis (2016), Gomes (2015) e André (2013), bem como análises documentais de documentos legislativos que evidenciam as lutas dos movimentos e grupos sociais na garantia de seus direitos. Os resultados confirmam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao conciliarem os estudos com os afazeres domésticos e braçais e os desafios superados na garantia de seus direitos.

Palavras-chave: Mulher negra; Mulher Quilombola; Educação Escolar Quilombola.

Abstract: The aim is to understand the role of black and quilombola women in the historical social process, in the search for equal rights in school education and in their professional activities. The objective was to analyze the stories of black and quilombola women belonging to the Umarizal community. The methodology adopted has a qualitative approach with an ethnographic perspective, whose references are the authors Pinto (2004), Davis (2016), Gomes (2015) and André (2013), as well as documentary analyses of legislative documents that highlight the struggles of social movements and groups in guaranteeing their rights. The results confirm the difficulties faced by women in reconciling studies with domestic and manual tasks and the challenges overcome in guaranteeing their rights.

Keywords: Black women; Quilombola women; Quilombola school education.

Resumen: El objetivo es comprender el papel de las mujeres negras y quilombolas en el proceso histórico social, en la búsqueda de la igualdad de derechos en la educación escolar y en sus actividades profesionales. El objetivo fue analizar las historias de mujeres negras y quilombolas pertenecientes a la comunidad de Umarizal. La metodología adoptada tiene un enfoque cualitativo con perspectiva etnográfica, cuyos referentes son los autores Pinto (2004), Davis (2016), Gomes (2015) y André (2013), así como análisis documentales de documentos legislativos que resaltan las luchas de movimientos y grupos sociales en la garantía de sus derechos. Los resultados confirman las dificultades que enfrentan las mujeres a la hora de conciliar los estudios con las tareas domésticas y manuales y los retos superados para garantizar sus derechos.

Palabras clave: Mujer negra; Mujer Quilombola; Educación Escolar Quilombola.

¹ Mestra em Educação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal do Pará Campus Universitário do Tocantins (UFPA/CUNTINS/Cametá). Telefone: (94)991233703. E-mail: ritaigrejatuc@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1198-3910>.

² Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora da Universidade Federal do Pará Campus Universitário de Altamira. Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA) e professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos em Etnodiversidade (PPGETNO/UFPA). Telefone: (93) 991278554. E-mail: faparente@ufpa.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2740-9343>.

Introdução

A história da educação no país evidencia a triste realidade da exclusão social que privou diferentes grupos do acesso ao ensino, afetando os mais pobres, os grupos étnicos e as mulheres. Analisar o histórico do processo de ensino-aprendizagem nos permite compreender a exclusão educacional enfrentada por diversos grupos à margem da sociedade. Estes que, por muito tempo, foram silenciados mediante aqueles que detinham o poder em nossa sociedade, uma vez que o preconceito impregnou e afetou por séculos homens e mulheres, os quais foram explorados e escravizados, negando-lhes uma vida digna.

As reivindicações e as mobilizações dos grupos e movimentos sociais incidiram a partir do século XVI e intensificaram-se no século XIX, em busca de justiça contra a exploração, a escravização, o preconceito e a garantia de direitos. O acesso ao ensino, preliminarmente, foi garantido aos homens e, mais tarde, às mulheres, que, por meio de suas lutas e movimentos, conquistaram a garantia da igualdade de direitos. Ao longo dos tempos, a educação no Brasil tem revelado avanços, conquistas e desafios no intuito de proporcionar um ensino inclusivo, respaldada nos documentos oficiais, como: as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais Quilombolas (DCNs, 2012) e a Lei n.º 10.639/03 alterada pela Lei n.º 11.645/08 em que apresentam uma nova vertente de uma educação que materialize o desenvolvimento tanto pessoal quanto coletivo.

O intuito desses documentos legislativos é instituir uma educação inclusiva e diversificada conforme a realidade de cada grupo étnico. Diante disso, Freire (2022, p. 42) assevera:

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva, porque é capaz de amar. Assume-se como sujeito porque capaz de reconhecer como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu” ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu.

Nessa senda, este artigo se apresenta como parte da dissertação, intitulada “História e Cultura dos Ancestrais: Efeitos da Lei n.º 10.639/03 no currículo da escola Municipal de Ensino Fundamental de Umarizal, no município de Baião/PA”. Para fundamentar este estudo, foi utilizada uma abordagem qualitativa, com base na perspectiva de estudo etnográfico, consistindo, portanto, em um diálogo entre a literatura e as informações coletadas no campo com os interlocutores da comunidade local e mediante observação e interação na escola de Umarizal.

Marli André (2013) analisa que a abordagem qualitativa requer do pesquisador um olhar mais empático e, ao mesmo tempo, sensível para lidar com ambiguidades que

ela apresenta. Nesse sentido, ela define que a principal vantagem de se adotar o estudo de caso etnográfico para a pesquisa educacional é permitir embasar teoricamente o estudo e contextualizá-lo, conforme outros trabalhos realizados sobre o tema, para que se entenda o processo de igualdade e a garantia de direitos, tendo como base uma educação voltada para cada grupo social.

Dessa forma, o tema deste estudo possibilitou a realização da revisão bibliográfica, na medida em que envolveu questões históricas, culturais, educacionais e sociais relevantes a serem rediscutidas na educação oferecida. Por sua vez, quando pensamos em uma metodologia que trabalha com a pesquisa bibliográfica, Prodanov e Freitas (2013, p. 54) explicam:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar.

Nesse sentido, a metodologia foi sintetizada em duas etapas: a primeira etapa consistiu nos levantamentos de dados científicos de autores, como: Pinto (2004), Gomes (2015), Davis (2016), Munanga (2020), Farias (2021), Souza e Naiff (2023), entre outros escritores, que abordam questões relacionadas à escravização, ao preconceito, à desigualdade social e de gênero, bem como a conquista de direitos no decorrer dos séculos em um país tão marcado pela desigualdade como o Brasil. Além disso, também foram analisados documentos legislativos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os quilombolas - DCNs (Brasil, 2012), a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Brasil, 1996), a Lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003), alterada pela Lei n.º 11.645/08 (Brasil, 2008) e a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

A segunda etapa, por sua vez, consistiu na realização das entrevistas semiestruturadas com os professores, bem como os moradores da comunidade. A pesquisa de campo ocorreu durante seis meses, com o intuito de acompanhar e compreender como foram implementadas a história e a cultura dos ancestrais no currículo da escola, bem como a Lei n.º 10.639/03 na EMEF de Umarizal, visando entender a participação de todos os envolvidos. Escolhemos os professores regentes e aqueles professores que atuavam na equipe pedagógica para a realização das entrevistas na escola. A escolha dos moradores mais antigos da comunidade surgiu com o intuito de enfatizar as experiências vivenciadas na sua história e a trajetória dos ancestrais deste lugar a partir das narrativas construídas pelos próprios sujeitos agentes da ação. Todo o processo de coleta de dados consistiu no uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual os

interlocutores permitiram a citação de seus nomes. Os dados coletados nas entrevistas foram gravados e as gravações foram transcritas e analisadas.

Considerando a importância da educação plural e para todos, este artigo propõe uma compreensão do processo histórico na garantia de direitos e sua efetivação na educação, uma vez que a Constituição de 1988 garante a igualdade de acesso a todos. A estrutura do texto é dividida em dois tópicos. No primeiro tópico, intitulado “Umarizal: quilombo atravessado por memórias de lutas e sobrevivências”, visamos analisar como as mulheres eram escravizadas, as restrições voltadas aos afazeres domésticos e ao servir seus senhores, sem direito a uma vida digna. Essa história transcende gerações, apesar das mudanças e da garantia de direitos. A esse respeito, o segundo tópico deste artigo, “A mulher e a sonegação à educação que atravessa gerações”, aborda o processo histórico das lutas e conquistas das mulheres para que seus direitos fossem garantidos ao longo dos séculos. Os relatos dos(as) interlocutores(as) da comunidade de Umarizal serão fundamentais para desvendar como as mulheres negras e quilombolas, juntamente com seus ancestrais, conquistaram o direito à educação formal e como isso foi assegurado ao longo do tempo.

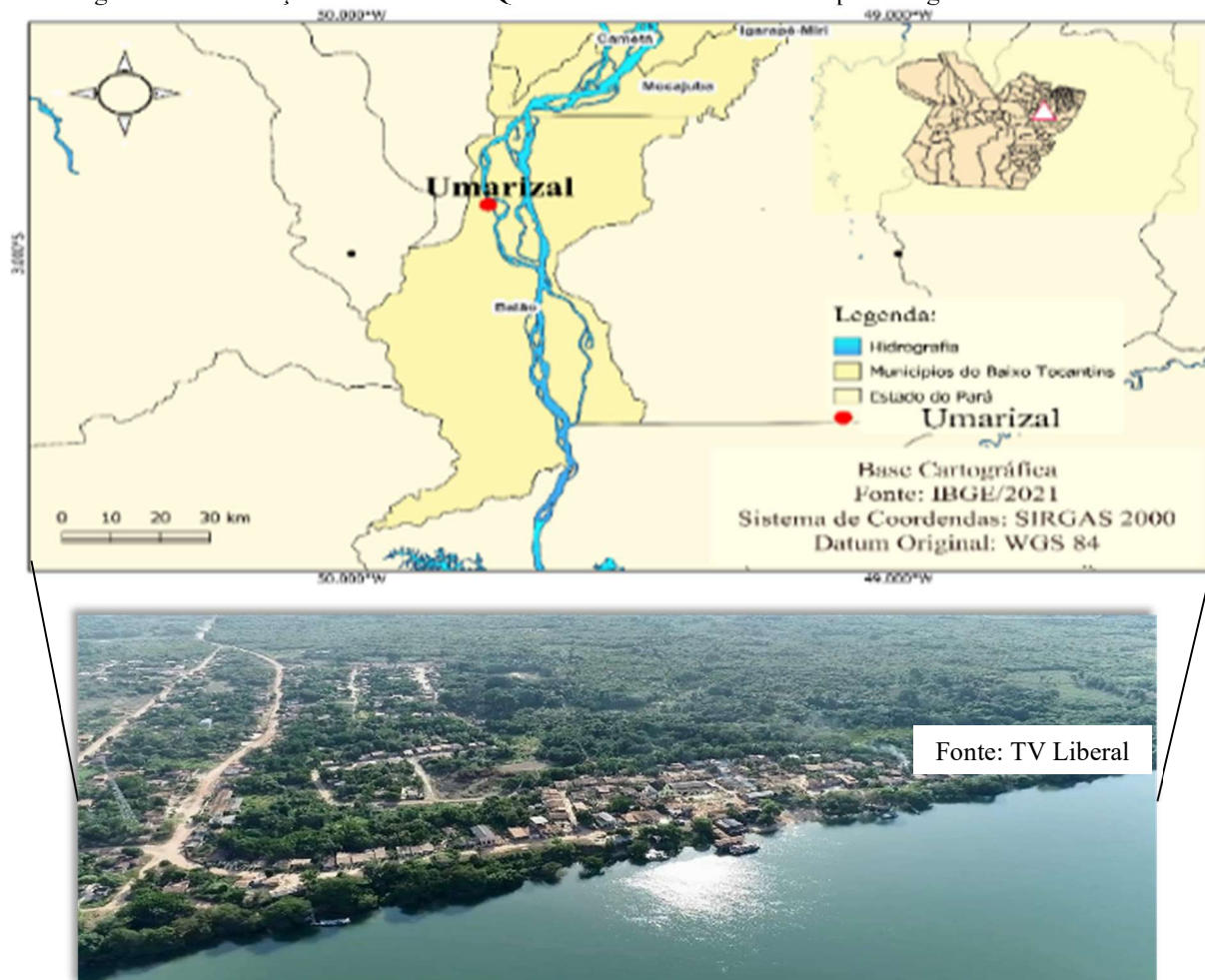
Umarizal: quilombo atravessado por memórias de lutas e sobrevivências

Vivemos em um país no qual as histórias de lutas e sobrevivências, principalmente das comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, são pouco apreciadas como conhecimento relevante para entender todo o processo histórico e sua garantia de direitos perante a sociedade. A comunidade remanescente de quilombo de Umarizal (Figura 1), está localizada à margem esquerda do rio Tocantins e pertence ao município de Baião (PA), cuja população é de aproximadamente 51.641 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022).

No Quilombo de Umarizal (ACORQBU), em 2022, residiam em Umarizal, cerca de 375 famílias às margens do rio Tocantins, totalizando, em seu território, 555 famílias residentes. Ressaltamos que essas informações não foram atualizadas nas bases de dados do IBGE pelas intercorrências que impediram o levantamento da pesquisa na comunidade.

A comunidade de Umarizal, integrante do 4º Distrito, é uma comunidade remanescente quilombola, cuja certidão de autorreconhecimento foi outorgada pela Fundação Cultural Palmares registrada no livro de Cadastro Geral nº 09, registro nº 914, fl. 28, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP nº 06, de 1 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 43, de 4 de março de 2004.

Figura 1 – Localização da comunidade Quilombola de Umarizal via mapa e imagem aérea



Antes conhecida como Paxibal, Umarizal se constituiu por negros escravos libertos e fugidos, que vieram para a região do Baixo Tocantins no século XVIII. Trata-se de uma comunidade rica em belezas naturais e hospitaleira, sobretudo em período festivo. Traz, em sua história, a luta de um povo que busca a garantia de seus direitos. A história de nossos antepassados carrega fatos da escravização ocorrida entre homens negros e mulheres negras que foram trazidos do continente africano para o Brasil.

No que concerne à figura das mulheres negras, Davis (2016) aborda como as lutas das mulheres negras ao longo dos anos ocorreram contra a opressão e a desumanização no contexto social escravocrata racista, que as excluía e discriminava. Acerca disso, a autora destaca:

Com o passar das décadas e a ampliação desse debate, um historiador após o outro declarava, confiante, ter decifrado o verdadeiro sentido da “instituição

³A imagem aérea da comunidade pode ser acessada em: <https://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/edopara/noticia/a-cultura-ancestral-da-comunidade-quilombola-da-vila-de-umarizal.ghtml>.

peculiar” [a escravidão]. Em meio a toda essa atividade intelectual, porém, a situação específica das mulheres escravas permanecia incompreendida. As discussões incessantes sobre sua “promiscuidade sexual” ou seus pendores “matriarcais” obscureciam, mais do que iluminavam, a situação das mulheres negras durante a escravidão (Davis, 2016, p. 23).

O silenciamento nos documentos oficiais só reafirma o descaso no tocante às histórias de mulheres negras que, por séculos, eram tratadas e vistas como subalternas nos ambientes sociais onde viviam. No cenário em que estavam inseridas, a servidão e a submissão familiar são características de uma cultura imposta na sociedade, passada de geração em geração. Momentos nos quais, a mulher, particularmente as negras, eram obrigadas a trabalhar sem remuneração como domésticas e a se relacionarem sexualmente com seus senhores. Desses relacionamentos abusivos, nasceram os filhos mestiços, os quais foram imersos em uma sociedade, profundamente, preconceituosa. Nessa senda, Munanga (2020) esclarece que:

[...] o processo de construção dessa identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento. Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletivas, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social (Munanga, 2020, p. 101).

A mestiçagem permitiu, para alguns, o direito a certas regalias, ainda que os mestiços também enfrentassem preconceitos na sociedade, mesmo que, segundo Munanga, amenizados pelos “sucessivos cruzamentos conjugados com o *status* socioeconômico levam progressivamente ao branqueamento” (2020, p. 89). Ou seja, a relação conjugal entre as raças foi estrategicamente pensada para suavizar o preconceito vivido no meio social pelos filhos mestiços, contribuindo para que negassem a sua própria raça. Para Munanga, “a política e a ideologia do branqueamento exerceram uma pressão psicológica muito forte sobre os africanos e seus descendentes”. Foram, pela coação, forçados a alienar sua identidade, transformando-se, cultural e fisicamente, em branco” (p. 95). Esse quadro colaborou para o preconceito e a desigualdade social entre os grupos.

O preconceito e a discriminação social, sofridos pelos negros e negras, motivou grupos de homens e mulheres a se mobilizarem em vários países, inclusive no Brasil. Imperioso registrar que, há tempos, as mobilizações ganharam notoriedade, destacando-se no século XX com a garantia de seus direitos. O movimento feminista foi um dos marcos nesse processo, ao contribuir para a desconstrução do olhar patriarcal sob a mulher na sociedade, destacando-se pelas lutas e causas sociais, ganhando formato em suas reivindicações contra os inúmeros preconceitos, inclusive no tocante ao direito à educação. Referente a essa temática, Munanga (2020) explica:

O desequilíbrio demográfico entre os sexos durante a escravidão, na proporção de uma mulher para cinco homens, conjugado com relação assimétrica entre

escravos e senhores, levou os últimos a um monopólio sexual do senhor branco, foram, em sua maioria, transformadas em prostitutas como meios de renda e impedidas de estabelecer qualquer estrutura familiar (Munanga, 2020, p. 92).

Nessa perspectiva, o processo de escravização causou danos irreparáveis a homens e mulheres negros e negras no Brasil. A morte dos homens, causou um desequilíbrio demográfico entre os sexos, contribuindo para a relação sexual forçada entre homens brancos e mulheres negras. Essa relação colaborou para que a mestiçagem só aumentasse no país.

Histórias e memórias das mulheres de Umarizal

A mulher tem uma relevância na história da sociedade brasileira e sua contribuição iniciaram através das lutas, resistências e fugas contra escravização no país. Ao longo de suas vidas, mulheres negras construíram suas histórias lutando contra a opressão, exploração e escravização e igualdade de direitos. Ao analisarmos as histórias de lutas, conquistas e habilidades dessas mulheres, é notável como a organização entre elas se fez presente em seu cotidiano para resistir e sobreviver em um país tão desigual como o Brasil. No quilombo de Umarizal, percebe-se a participação das negras Leonor, Virginia, Maximiana e Clementina, que lideraram os pequenos quilombos nas matas da região tocatina (Pinto, 2004). Segundo Pinto:

Dizem os antigos habitantes de Umarizal que as negras Leonor, Maximiana, Clementina e Virginia foram as primeiras mulheres a se fixarem no quilombo de Paxibal, na companhia de Sinfrônio e do irmão deste, Feliciano Pinto. Entretanto, não podem confirmar a existência de algum laço de parentesco entre eles e nem se entre essas mulheres havia alguma livre. Estas negras teriam sido as primeiras mulheres que lutaram pela sobrevivência no Paxibal (Pinto, 2004, p. 73).

Na comunidade remanescente do quilombo de Umarizal, essa referência de organização foi repassada entre as gerações, contribuindo para as mulheres participarem e criarem seu mecanismo de resistência. Uma das estratégias foi a criação da associação de mulheres, que serviu de referência para a constituição de outras associações. Para esse entendimento, Farias (2021) relata como ocorreram as organizações das associações no quilombo:

O quilombo de Umarizal é representado de fato e juridicamente pela Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão (ACORQBU). Essa associação representativa foi criada em 1999 por intermédio da Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal (AMPU) e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Baião (STTR), que, segundo o informante Professor Doriedson Lopes Vieira, tiveram a iniciativa de chamar uma reunião de moradores de onde saiu uma comissão de cinco representantes, um por comunidade presente, para organizar a primeira Assembleia Geral de constituição desta associação quilombola (Farias, 2021, p. 61).

Na ótica de Farias (2021), a Associação de Mulheres de Umarizal tem o objetivo de contribuir para a sustentabilidade das famílias que sobreviviam do trabalho braçal, ao passo que

as atividades desenvolvidas pelas associadas colaborariam para gerar renda e desenvolvimento econômico na própria comunidade. Diante disso, constata-se que as mulheres quilombolas têm buscado diferentes formas de mobilizações através das políticas públicas que possam garantir seus direitos. Corroborando com esse entendimento, Grossi *et al.* (2019) descrevem:

Entre as estratégias de resistência, podemos destacar a formação de associações nos quilombos para reivindicar acesso às políticas públicas, sendo que a mulher ocupa um papel central, mobilização em fóruns de políticas públicas, criação de um grupo de WhatsApp intitulado Fórum Quilombola para que as comunidades tenham acesso a eventos em diversas comunidades, seminários, legislações, oportunidades de bolsa de estudos, serviços e programas, entre outros. Artesanatos, acampamentos quilombolas, turismo rural quilombola, capacitações e formações em associativismo, assistência técnica rural (fornecidas pela EMATER) para fomentar o protagonismo das lideranças quilombolas são algumas das estratégias de resistência para mobilização coletiva para o enfrentamento das diversas expressões da desigualdade social vivenciadas por essas comunidades (Grossi *et al.*, 2019, p. 12).

No Brasil, as desigualdades sociais são o pano de fundo para que as mobilizações sociais, sindicais e movimentos de grupos garantam o que está estabelecido em lei, aspecto perceptível pelas constantes reivindicações para que seus direitos sejam efetivados. As lutas por políticas públicas têm garantido, ainda, saúde, educação, saneamento básico e vida digna, direitos conquistados e que dependem da luta para serem concretizados. A educação é uma das garantias que são negadas e/ou não cumpridas às diferentes classes sociais que buscam a efetivação por intermédio de políticas públicas que garantam o direito a uma educação que atenda às necessidades de todos e todas, com a pretensão de amenizar o preconceito e a discriminação da história de nossos ancestrais. Nesse sentido, Grossi *et al.* (2019) esclarecem:

Outra questão relacionada à educação, indicativo de racismo institucional, é a não implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e das próprias diretrizes da educação quilombola, ficando evidenciado nas narrativas dos participantes do estudo, cujas trajetórias foram marcadas por processos excludentes. Além dos antepassados terem sofrido com a escravidão, as gerações futuras vivenciam opressões ligadas ao território e ao não reconhecimento de sua identidade étnica e cultural (Grossi *et al.*, 2019, p. 8-9).

Possibilitar o conhecimento institucionalizado da história de nossos ancestrais significa entender a relevância dos ensinamentos repassados entre as gerações e conhecer histórias das mulheres negras e escravizadas que lutaram, sendo referências a outras nas gerações seguintes. Conhecer as histórias das mulheres negras e quilombolas da comunidade de Umarizal viabiliza o entendimento de que seus saberes se iniciam nas trocas de conhecimentos empíricos repassados pela família nos afazeres domésticos e serviços braçais. Além disso, pelos conhecimentos institucionalizados que passaram a funcionar nas casas e nos barracões cedidos por alguns moradores para a educação escolar.

A educação escolar da comunidade baseava-se em um ensino generalizado implantado no Brasil pelos europeus desde o período colonial. Como mencionado na Introdução, a história da educação no Brasil apresenta uma trajetória de discriminação e exclusão racial, social e de gênero. A esse respeito, Sousa e Naiff (2023) enfatizam, em sua pesquisa, a história da educação e as relações étnico-raciais.

Na história da educação, houve privilégio primeiro para os ricos, visto que, em tempos passados, a classe pobre tinha pouco ou nenhum acesso a escolarização. O que não era muito diferente para a condição feminina, que ainda no início do século XX não tinha acesso à educação de forma efetiva. Havendo aumentado o acesso na segunda metade do século XX e se consolidado no presente século. No entanto, a discriminação ainda é contundente, como se não tivéssemos todos uma mesma origem miscigenada que, no contexto educacional, embora olhando de fora, aparenta todos terem direitos iguais, amparado pela legislação educacional vigente (Sousa; Naiff, 2023, p. 9).

É possível pontuar que diversas modificações, alterações e conquistas aconteceram nas legislações com intuito de atender às reivindicações e às mobilizações dos grupos e movimentos que lutaram e ainda lutam por uma educação escolar específica que atenda aos seus anseios. Além disso, que esteja voltada para a realidade das comunidades indígenas, ribeirinhas, do campo e quilombolas, por meio do processo de ensino-aprendizagem que viabilize o conhecimento da história de seus antepassados.

Os movimentos sociais conquistaram seus direitos mediante as lutas de classes amparados pela Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988), que estabelece, em seu art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

As conquistas de direitos se estenderam, essencialmente, a partir do século XX com leis, pareceres e diretrizes que garantiram uma nova proposta para a educação escolar do país. No início do século XXI, houve a aprovação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (Brasil, 2003), alterada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (Brasil, 2008), que trata da relevância do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino público e privado, da Educação Básica ao Ensino Superior, com intuito de revisitar a participação histórica desses grupos. A Lei nº 10.639/03⁴ (Brasil, 2003), alterada pela Lei nº 11.465/08 (Brasil, 2008),

⁴ A Lei nº 10.639/03 é um importante instrumento legal que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de todo o país. A sua criação não se deu em congressos ou iniciativas governamentais, mas em resposta aos movimentos sociais que reivindicavam mais representatividade e reconhecimento da história e cultura negra no Brasil. Embora tenha sido complementada pela Lei nº 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nas escolas, a Lei nº 10.639/03 continua sendo muito importante. Ela representa um avanço significativo na luta contra o racismo e a discriminação racial, além de ser um instrumento fundamental para a promoção da igualdade e da diversidade cultural em nosso país. Dessa forma, justificamos, em nossa

modifica a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) enfatizando, em seu art. 26-A, inciso 2º, e art. 79-B, a obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos do Ensino Fundamental e Médio, em especial, nas disciplinas de História, Artes e Literatura, instituindo, ainda, o dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, no calendário escolar.

Dessa forma, é de suma importância entender como as instituições de ensino, em específico das comunidades do campo, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, oferecem uma educação que efetive, em seu currículo, a sua realidade, a memória de sua ancestralidade e a história das mulheres negras do Brasil para reafirmar a sua imprescindibilidade. Para essa compreensão, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) Quilombolas (2012) estabelecem:

A oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação; porém, o histórico de desigualdades, violência e discriminações que recai sobre esses coletivos afeta a garantia do seu direito à educação, à saúde, ao trabalho e à terra. Nesse sentido, atendendo aos mesmos preceitos constitucionais, pode-se afirmar que é direito da população quilombola ter a garantia de uma escola que lhe assegure a formação básica comum, bem como o respeito aos seus valores culturais. Para tal, faz-se necessário normatização e orientações específicas no âmbito das políticas educacional e curricular (Brasil, 2012, p. 18).

As histórias das mulheres trazem marcas de suas participações na criação dos quilombos da região, nos afazeres domésticos, braçais, nas sonegações à educação de algumas famílias, com pensamentos machistas, e no processo histórico de suas lutas e conquistas que garantiram suas formações educacionais. A esse respeito, a interlocutora Maria Deuzuite Pinto, moradora e professora aposentada da comunidade de Umarizal, relata que a busca pela formação profissional foi carregada de desafios, pois morar longe de sua família era necessário, aspecto que se evidenciava ante o interesse e a força de vontade:

Para mim, trabalhar numa comunidade quilombola foi um momento que eu não esqueço, porque, na época, pra gente estudar não era ano, era série. Qualquer interior só tinha até a 5ª série. Aí, pra estudar tinha que se deslocar pra Baião. Lá a gente tinha que morar na casa de pessoas conhecidas. Eu, por exemplo, morei por nove anos na casa do Bugi, e daqui à minha mãe me auxiliava como podia, daqui ia tudo: farinha, carvão, tudo! Lá eles davam a moradia, e a gente ajudava nos serviços domésticos da casa. Era uma ajuda pra nós que íamos daqui em busca de estudo. Foi através dessa ajuda, dessa sintonia, que a gente, que ia do interior em busca de estudo, conseguia se formar (Maria Deuzuite Pinto. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2023).

A interlocutora mostra as dificuldades enfrentadas em busca dos conhecimentos que se somariam à sua educação formal e a de outros moradores da comunidade. Apesar dos direitos

pesquisa, seu uso, uma vez que reforça a sua importância, contribuindo para a disseminação do conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana, ajudando a promover uma sociedade mais justa e igualitária.

garantidos, a história ainda se repete no presente. Isso porque se nota educandos de algumas comunidades sem acesso à educação superior, precisando se deslocar para a sede de seu município ou para outras cidades em busca desse conhecimento, contexto no qual, muitos retornam para suas residências sem conseguir realizar seus objetivos em virtude do alto custo de vida. Assim como Deuzuite Pinto, Ivana Rodrigues, Nilceia Vilhena e outros professores, atuantes na escola da comunidade, precisaram atravessar o mesmo processo em busca de formação profissional.

Do mesmo modo, a interlocutora Eulália Cruz, moradora antiga da comunidade, relembra como seus pais e outros moradores incentivavam seus filhos para que eles adquirissem conhecimentos que pudessem ajudar na leitura e escrita. No entanto, ela frisa que havia certa resistência de alguns pais em mandarem as filhas para o espaço de aprendizagem, pois acreditavam que esses ensinamentos poderiam influenciar o namoro por meio de carta, quando aprendessem a ler. As evidências do machismo estrutural na comunidade podem ser confirmadas pelos achados de Pinto (2004), que destaca essa divisão de trabalho e afazeres entre homens e mulheres:

Quando eu fazia pergunta: Quem tem mais tempo para descansar, o senhor ou sua mulher? 50% das respostas diziam que nem um dos dois tinham muito tempo de descanso, 30% dizem que os homens descansam mais porque não fazem atividade de casa como as mulheres e 20% dizem que as mulheres descansam mais porque às vezes ficam em casa, principalmente quando estão nos últimos meses de gravidez ou então tem filhos pequenos que necessitam de mais cuidados das mães (Pinto, 2004, p. 93).

Tais informações confirmam como as mulheres eram vistas pelos próprios moradores de ambos os sexos perante as diversas funções desempenhadas no quilombo. A propósito, Gomes (2015, p. 39) relata a função dessas mulheres e como “seu papel de manutenção da família foi acompanhado da importância econômica na produção artesanal de utensílios e mesmo do enfrentamento diante das tropas escravistas”, conforme foram desempenhadas. Em consonância, Pinto (2004) descreve os variados papéis exercidos pelas mulheres no quilombo de Umarizal:

[...] as mulheres de Umarizal ultrapassam o discurso de [trabalhos] “leve” e “pesado”, “papéis masculinos” e “papéis femininos”. No intuito unicamente de sobreviver, recriam espaços e estratégias de lutas e, assim, vão rompendo os possíveis laços de submissão aos homens, que na condição de seus pares invertem os papéis e dependendo das circunstâncias tornam-se poderosas a ponto de administrarem os trabalhos da roça e exercerem a gerência do próprio lar (Pinto, 2004, p. 153).

As mulheres são referências nas lutas e na igualdade de direito, rompendo com a cultura patriarcal, machista e de um discurso excludente e segregador, que não deve ser aceito na sociedade, tampouco disseminado. Ao longo dos séculos, elas vêm ganhando notoriedade em suas histórias, mas também espaço e lugar de fala.

Para isso, deve-se entender como suas histórias de lutas e superações têm se evidenciado como conhecimentos relevantes a serem rememorados no processo de ensino-aprendizagem de nossos e nossas estudantes.

A educação e as mulheres quilombolas de Umarizal

Antes os pais não gostavam que os filhos aprendessem para não escrever carta pra namorado, queria que a gente trabalhasse e hoje em dia os pais não levam seus filhos pra estudar (Eulália Cruz. Entrevista realizada no dia 22 de junho de 2023).

Iniciamos este tópico com a fala de dona Eulália, moradora da comunidade quilombola de Umarizal, para compreender como a negação de acesso ao estudo atravessou várias gerações e excluiu, por muito tempo, as mulheres de acessar o ensino escolar. Aprender a ler era uma preocupação dos pais, sobretudo, em relação às filhas para que não se comunicassem com os homens que pudessem ser seus namorados, conforme relatou dona Eulália.

Os relatos da moradora da comunidade de Umarizal representam as histórias de tantas outras mulheres que tiveram dificuldades de acesso à educação escolar, a qual acontecia nos barracões e nas residências de alguns moradores. Isso confirma o quanto elas têm conquistado espaços, entretanto, o processo histórico de suas lutas, conquistas e superações ainda é pouco falado na educação escolar do país. Dialogando com esse pensamento, Davis (2016) pontua:

Tal sede insaciável por conhecimento era tão poderosa entre escravas e escravos do Sul como entre suas irmãs e irmãos “livres” do Norte. Desnecessário dizer que os limites impostos à alfabetização da população escrava nos estados escravagistas eram muito mais rígidos do que no Norte. Depois da rebelião de Nat Turner, em 1831, a legislação que proibia o acesso da população escrava à educação recrudesceu em todo o Sul. Nas palavras de um dos códigos que normatizavam a escravidão no país, “ensinar escravos a ler e a escrever tende a incutir a insatisfação em suas mentes e a produzir insurreição e rebelião” (Davis, 2016, p. 114).

Diante do exposto, é factível asseverar que a educação, em diversos continentes, tem sido uma forma de libertação de homens e mulheres que se sentiam presos em decorrência da imposição de uma legislação que os impediam de terem acesso ao ensino escolar. Aos homens negros escravizados e às mulheres negras escravizadas ou não, eram negados o direito à educação, de modo que os ensinamentos eram repassados informalmente entre aqueles que queriam aprender e os que tinham disponibilidade de ensinar.

Considerando tal realidade excludente, a educação no Brasil foi se institucionalizando com as primeiras modalidades de ensino que limitavam os alunos a irem além nos estudos. Na comunidade de Umarizal, por não haver todas as modalidades de ensino, muitas famílias mandavam, e ainda mandam, seus filhos e filhas para a cidade de Baião para morar nas casas de amigos ou conhecidos, prestando serviços não remunerados em troca de moradia enquanto estivessem estudando. Corroborando com as afirmações, Pinto (2004) esclarece que:

O destino de alguma menina rural de Umarizal e da região Tocantina só tem margem para mudar quando ela sai do povoado para morar na casa de alguma família como empregada doméstica (vão morar com famílias nas cidades de Tucuruí, Cametá ou Belém). Em muitos casos não há salário pelo trabalho de doméstica, ganham em troca o tempo para ir à escola, material escolar e algumas roupas (Pinto, 2004, p. 154-155).

Por muito tempo, os jovens e as jovens de Umarizal foram e continuam indo em busca de conhecimentos fora de sua comunidade com incentivo e apoio das famílias que foram essenciais para sua formação educacional. Diante disso, Pedro de Farias, interlocutor da pesquisa, relata acerca do apoio de sua mãe para que seu conhecimento escolar fosse alcançado:

Eu tinha uma tolice assim, vontade de saber ler, ler mesmo, a senhora entende, e eu fui me dedicando, me dedicando e aprendi muita coisa sozinho. A minha mãe viu meu interesse e me mandou para cidade para morar na casa do seu Machado para poder estudar. Aqui, a senhora sabe, não tinha tanto estudo (Pedro de Farias. Entrevista realizada no dia 4 de maio de 2023).

A história de seu Pedro de Farias, além de retratar o gosto pelos estudos e o incentivo de sua mãe para alcançar seus objetivos, demonstra superação e conquista. Embora não seja a mesma contada por todos, visto que, sem incentivo financeiro, muitos jovens desistiam de seus estudos. Isso, uma vez que o custo de vida não se adequava à sua renda familiar. Ademais, a ausência do apoio familiar é um fator que contribui para que sonhos sejam interrompidos.

Perguntada sobre sua formação escolar, a interlocutora dona Raymunda Lopes relata que ela e suas irmãs não tiveram a mesma oportunidade de estudo, tanto que seu pouco conhecimento foi adquirido na comunidade, sendo ofertado nas casas e nos barracões, ainda assim a conquista do irmão, Pedro de Farias, deixou-a feliz. Sob tal aspecto, Pedro de Farias relata um dos motivos que impediam as jovens de estudarem na comunidade:

Antes de mim, o município implantou a escola, e eles contavam que só estudava o sexo masculino, porque eles diziam que mulher não podia aprender pra não escrever bilhete pra namorado. Eles falavam tudo isso, o meu avô tinham um bocado de filho, mas as filhas que teve nenhuma estudou, nenhuma, mas os home tudinho (Pedro de Farias. Entrevista realizada no dia 4 de maio de 2023).

Os relatos confirmam a presença contínua do preconceito e da desigualdade de gênero na sociedade, respaldada por uma cultura patriarcal que atravessou séculos. A despeito das mudanças significativas, o preconceito e a discriminação ainda se fazem presentes, em especial, entre as mulheres que são mães solo e em alguns cargos ocupados apenas por homens. Conforme esclarece Spivak (2010, p. 34) “com respeito à imagem da mulher, a relação entre a mulher e o silêncio podem ser assinaladas pelas próprias mulheres; a diferença de raça e de classe estão incluídas nessa acusação”.

As atitudes machistas continuam presentes em nossa sociedade, a exemplo de algumas famílias que preparam suas filhas para desempenharem papéis domésticos, como casar e serem esposas obedientes ao marido e mães exemplares para seus filhos. Essa postura familiar interrompeu os sonhos de muitas jovens e mulheres, em virtude do preconceito e do risco de abuso sexual que as moças poderiam enfrentar. Desse modo, a educação formal era negada a elas, mas o trabalho excessivo não. Além de contribuir com o plantio e a colheita, tinham de realizar os trabalhos domésticos, o que diferia dos homens, que se envolviam apenas em trabalhos considerados “pesados”.

Se analisarmos a história das mulheres negras no Brasil e em diversos países e continentes, é perceptível que a negação ao acesso e ao aprendizado marcou a vida de muitas que foram escravizadas e viam na educação uma busca por liberdade. Para colaborar com tal reflexão, Davis (2016) relembra a história de uma jovem negra que mantinha o desejo de aprender a ler:

A pungência da luta escrava pelo aprendizado estava presente em todos os lugares. Frederika Bremer encontrou uma jovem que tentava desesperadamente ler a Bíblia. “Oh, este livro”, ela gritava para a senhorita Bremer. “Eu viro e reviro estas páginas e quero entender o que está escrito nelas. Tento, tento; eu seria tão feliz se soubesse ler, mas não sei” (Davis, 2016, p. 114).

Ecoando as contribuições de Davis (2016), Corina Santos, uma das moradoras da comunidade de Umarizal, relata como acontecia a educação e traça um comparativo do que foi e como vem se constituindo esse ensino, que segue uma proposta de currículo implantado em todo o país há séculos e, conseqüentemente, no quilombo onde reside com sua família.

Nós morava no Paxibal com a mamãe e o papai e estudava lá em um barracão aberto cedido para uma senhora chamada Fátima nos ensinar. Isso já na década de oitenta, mais ou menos, na gestão do prefeito Francisco Ramos. Esse ensino era para atender os filhos dos moradores que moravam aqui no Umarizal e resolveram voltar para o Paxibal, porque lá tinha a nossa roça. Não sei se a senhora sabe, mas nós ficava morando um tempo aqui, depois a gente ia morar pro centro, depois pra ilha. Com isso, a escola foi desativada, porque todo mundo voltou pro Umarizal (Corina Santos. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2023).

Na comunidade de Umarizal, a história das mulheres é marcada por suas lutas, persistências e resistências. Nesse contexto, conforme Pinto (2004):

Na encruzilhada da vida e nas lutas pela sobrevivência, as mulheres de Umarizal vêm esboçando a sua história e a de seus descendentes. Uma história que não se registra nas letras, com escritos, mas que tem o poder de se perpetuar de uma geração para outra, através da oralidade, mediante as “lembranças dos mais velhos, daquilo que viveram e contam”. As suas vidas e de suas ancestrais desde o quilombo de Paxibal sempre estiveram voltadas quase que exclusivamente para o trabalho (Pinto, 2004, p. 142).

Mediante os relatos aqui elencados, constatou-se que as mulheres negras e quilombolas tiveram o seu acesso à educação escolar limitado por muito tempo, e a ausência desse direito foi atravessada, por séculos, por um machismo estrutural enraizado na sociedade.

Considerações finais

Este estudo apresentou a história das mulheres negras, quilombolas e descendentes de escravizados, abordando a sonegação do direito à educação escolar ao longo do tempo, bem como as resistências e superações dessas mulheres para garantir a efetivação de seus direitos na sociedade, ao lado de outros grupos e movimentos sociais e étnicos. Nesse contexto, é importante reconhecer que uma das principais mazelas do país, além do preconceito e da desigualdade, é a não efetivação dos direitos garantidos aos seus descendentes.

As primeiras gerações de mulheres quilombolas de Umarizal, no estado do Pará, não tiveram as oportunidades de perseguir seus sonhos. No entanto, os relatos dos entrevistados apontam que, ao longo do tempo, as mulheres das gerações seguintes conseguiram, com muito sacrifício, conquistar seu lugar na escola e no espaço social da comunidade. Como exemplo dessa conquista, Farias (2021) destaca a criação da Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal (AMPC), que tinha como objetivo contribuir para a sustentabilidade das famílias que sobreviviam de trabalhos braçais. Em relação à AMPC, afirmamos que a organização das mulheres foi fundamental para a criação de outras associações, o que, posteriormente, levou à garantia de direitos estabelecidos na legislação. Como, por exemplo, em 1999, a criação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá-Miri e Florestão (ACORQBU), com o apoio da AMPC e do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Baião (STTR).

Além dos serviços prestados às comunidades quilombolas, a ACORQBU também busca garantir a saúde e a educação, promovendo o ingresso dos jovens nas universidades. Nesse cenário, os movimentos e grupos sociais têm sido aliados essenciais nas políticas públicas, na efetivação e na garantia de direitos, como ao trabalho, ao voto e à educação institucional. Dessa forma, Costa (2023) afirma que a ACORQBU exerce um papel importante na gestão das comunidades emitindo documentos necessários a uma das fases do processo seletivo especial que possibilitam aos jovens quilombolas adentrarem no ensino superior.

Relevante elucidar que a educação escolar da comunidade é composta por um quadro expressivo de mulheres negras e quilombolas, muitas das quais estão atualmente graduadas e atuam profissionalmente, fruto das leis e do diálogo entre as associações e as instituições públicas, que facilitaram o acesso dessas mulheres ao ensino superior. Isso representa uma realidade bem diferente de décadas atrás, quando as gerações passadas tiveram seu direito à educação negado.

Assim, podemos afirmar que a persistência e a resistência dessas mulheres aguerridas têm contribuído para a diminuição do machismo estrutural e a efetivação das políticas públicas em nossa sociedade.

Na atualidade, identificam-se mudanças significativas na realidade das mulheres da comunidade, que agora possuem mais liberdade para sair de suas comunidades, do seio familiar, e ingressar no ensino superior, buscando sua formação, combinando conhecimentos compartilhados na vivência diária e na atuação profissional. Isso contrasta com o passado de suas ancestrais, que estavam restritas aos conhecimentos braçais e domésticos. Dessa forma, a educação escolar passou a fazer parte da vida das mulheres, especialmente das jovens, que mais tarde, com a migração de outras famílias para a localidade de Umarizal, puderam compartilhar seus conhecimentos, embora limitados, mas de grande importância e incentivo para aquelas que tinham interesse em seguir estudando. A história dessas mulheres nos inspira a superarmos desafios e acreditarmos que é possível através da educação mudarmos a realidade de uma sociedade ainda tão preconceituosa e desigual, pois, as mudanças cotidianas são necessárias e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Mediante o exposto, é imprescindível a construção de uma educação escolar quilombola pautada na realidade e necessidade dos educandos, visibilizando sua importância nos registros documentais legais da instituição, de tal modo que corrobore para a efetivação de uma educação que prima por sua história, cultura e memória e de todas suas ancestrais.

Paralelo a isso, a colaboração dos órgãos competentes, como Ministério da Educação, Secretaria de Educação, entre outros órgãos é imprescindível para a oferta e a capacitação aos profissionais da instituição quilombola, contribuindo para a efetivação das políticas públicas e possibilitando uma educação escolar diversificada e inclusiva.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 14 ed. Campinas-SP. Papirus, 2013. 132 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso: 30 de out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases. DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394compilado.htm. Acesso: 23 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação



Básica. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>. Acesso em: 29 out. 2023.

COSTA, Valdriana Lira. **Da comunidade à universidade**: uma análise do percurso acadêmico dos quilombolas estudantes de Boa Vista, Baião-Pará. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Baião, 2023.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS, Nilton Lopes de. **As políticas públicas especiais de acesso de quilombolas às universidades**: o caso da comunidade remanescente de quilombo de Umarizal-Baião-Pará. 2012, 137 f. Dissertação (Magister em estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Belém, 2021. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/17874/2/TFLACSO-2021NLF.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GROSSI, Patrícia Krieger, OLIVEIRA, Simone Barros de; ALMEIDA, Eliane Moreira de; FERREIRA, Ana Caroline dos Santos. Mulheres quilombolas e políticas públicas: uma análise sobre o racismo institucional. **Revista Diversidade e Educação**, [S.l.], v. 7, n. especial, p. 121-132, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v7iEspecial.9522>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9522>. Acesso em: 27 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 74. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional *versus* identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas Veredas da sobrevivência**: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOUZA, Adelize Valéria Pacheco; NAIFF, Luciene Alves Miguez. Os desafios da mulher negra na educação: um olhar para o preconceito na Educação Básica. **Revista Educação & Ensino**, [S.l.], v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/411>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.